

Câmara Regional do Grande ABC – produção e reprodução do capital social na Região do Grande ABC Paulista

Regional Chamber of the Greater ABC - production and reproduction of the social capital in the Greater ABC Region

Wendell Cristiano Lépre
Jeroen Johannes Klink
Luís Paulo Bresciani

Resumo

Diante da discussão sobre a participação cívica nas novas institucionalidades, surgiu o interesse para realização do presente artigo. O objetivo é explorar a Câmara Regional do Grande ABC, um modelo ímpar que se configurou na região do Grande ABC, a fim de estimular a discussão sobre o capital social, fruto da articulação dos atores regionais que buscam soluções para os problemas comuns.

Palavras-chave: Regionalismo; Câmara Regional do Grande ABC; Sociedade civil e capital social.

Presenciamos recentemente uma retomada do debate sobre o papel das regiões metropolitanas frente à economia mundial. Um elemento freqüentemente apontado nesta discussão é o fato de que as regiões metropolitanas surgem como novos atores na globalização. Representariam possíveis plataformas para a elaboração e implementação democrática de estratégias voltadas para o desenvolvimento local e a geração de trabalho e renda. Além disso, e muito em função da proximidade com os atores locais (empresas, governos locais, sindicatos e trabalhadores etc.), as áreas metropolitanas simbolizariam uma possibilidade concreta para avançar no processo de democratização da gestão pública.

No entanto, a experiência internacional, tanto na América Latina como na Europa e nos EUA, mostra que os atuais arranjos institucionais estão mal preparados para enfrentar os desafios de gestão metropolitana. Na realidade, reside aí um paradoxo: enquanto o tema de gestão das áreas metropolitanas vem assumindo um papel estratégico na agenda das políticas públicas, verifica-se internacionalmente que os atuais arcabouços institucionais não vêm proporcionando soluções satisfatórias para a problemática metropolitana.

Este artigo busca discutir os limites e potencialidades de novo arranjo institucional que está se configurando na Região do Grande ABC Paulista. Para tanto, estruturamos este artigo em cinco seções, sendo esta a primeira. Na segunda, contextualizamos a Região do Grande ABC Paulista durante as décadas de 80 e 90, com destaque para o surgimento das instituições regionais, mais particularmente a Câmara Regional do Grande ABC. Na terceira seção,

destacamos o regionalismo e os avanços e retrocessos da Câmara Regional do Grande ABC, com destaque para a produção e reprodução de capital social na região. A quarta seção é dedicada aos Acordos Regionais, importantes instrumentos de gestão participativa que se configuraram a partir da década de 90 e que norteiam o enfrentamento de problemas comuns na região por meio da ação coletiva, finalizando, na quinta e última seção elaboramos as considerações finais.

As instituições regionais

A Região do Grande ABC Paulista é composta por sete municípios, localizados no sudeste da região metropolitana de São Paulo, que somam um total de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes (SEADE, 2004).

O Grande ABC foi um *locus* importante no nascimento da indústria no Brasil, a partir da década de 30 até a década de 50, tendo como pilar o eixo ferroviário São Caetano do Sul/Santo André, passando posteriormente, nas décadas de 50 a 70, o eixo de desenvolvimento para São Bernardo do Campo e Diadema, a partir das rodovias Anchieta e Imigrantes, e o predomínio dos transportes Rodoviários (DANIEL, 2001).

O Grande ABC é uma região com importante presença da grande indústria automobilística e petroquímica. Além disso, é uma região nitidamente política, considerando-se a presença de sindicatos, meios de comunicação e entidades de sociedade civil, todos com significativa representatividade e uma preocupação que transborda os limites deste ou daquele município (KLINK, 2001). Durante as décadas de 80 e 90, a região se defronta com uma considerável crise, culminando com um processo de desconcentração das indústrias no ABC, que migram para outras regiões dentro e fora do Estado de São Paulo, alinhado a um ambiente de falta de consciência coletiva, que não gera boas perspectivas para a região na década de 80. Porém, a partir da década de 90, cresce na região do Grande ABC paulista a consciência da necessidade de uma articulação regional, parcialmente explicada pela percepção que se tem da profundidade do impacto das transformações sobre a região e o tamanho da crise econômica. Essa conscientização impulsiona o surgimento de várias iniciativas de aproximação entre os atores regionais voltadas para a solução de problemas comuns e, mais particularmente, daqueles relacionados com o tema de desenvolvimento econômico regional. A região também começa a discutir, no final dos anos 80, a sua própria identidade.

dos governos locais. Num primeiro momento, os prefeitos revitalizaram quase imediatamente o Consórcio Intermunicipal. Em seguida, o representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado, os sete prefeitos, os parlamentares da região, as organizações representativas de setores econômicos e de trabalhadores e a coordenação do “Fórum da Cidadania” elaboraram consensualmente o estatuto da chamada “Câmara Regional do Grande ABC”, criada e aprovada oficialmente no dia 12 de março de 1997, na presença das lideranças regionais mais importantes e do governo estadual.

A Câmara Regional tinha, e ainda tem, por finalidade formular, apoiar, acompanhar e mensurar ações para o desenvolvimento sustentável do Grande ABC e, de certa forma, representa um fórum democrático englobando o poder público e a sociedade civil.



FIGURA 2 – Câmara Regional do Grande ABC

A criação da Câmara Regional simboliza o embrião de um novo modelo de ação coletiva no Brasil. O novo arranjo institucional evidenciou a maturidade dos atores locais na medida em que conseguiram avançar no processo de negociação de conflitos e na busca flexível e pragmática de soluções para os problemas que têm em comum. Apesar de divergências ideológicas e de interesses freqüentemente conflitantes, a nova instituição vem se enraizando num ambiente de confiança dentro de uma cultura inovadora de planejamento regional no ABC paulista.

Entretanto, no Brasil, o *novo regionalismo*¹ é incipiente e ocorre largamente fora do arcabouço institucional do pacto federativo. As agências e fóruns de desenvolvimento regional representam inovações na gestão metropolitana que não são ainda reconhecidas pelas estruturas institucionais existentes.

Regionalismo e o capital social: a região do Grande ABC

A Câmara Regional do Grande ABC, como já foi dito anteriormente, foi concebida com o objetivo de catalisar forças do setor público, do setor privado e da sociedade civil, para alavancar o desenvolvimento econômico e social da região, via implementação de acordos regionais.

Trata-se de um espaço público onde todos os atores envolvidos, sem abrir mão de suas características individuais, realizam um efetivo universo de cooperação mútua, onde todos ganham.

Daniel (1999) apontou a Câmara Regional como um novo modelo de gestão regional, possibilitando e redescobrimo a democracia participativa, tanto como método quanto como objetivo em si. Além disso, a Câmara Regional pode ser considerada um instrumento extremamente flexível para o planejamento regional, que se adapta facilmente às grandes oscilações no atual cenário macroeconômico e às necessidades de aglutinar um número muito grande de atores que têm interesses acoplados a assuntos temáticos diferenciados.

O documento de criação da Câmara Regional é um contrato social que sustenta a cooperação na comunidade cívica. Na realidade, trata-se mais de um documento moral do que um documento de cunho legal, pois seus transgressores não estão sujeitos a sanções penais, mas sim à exclusão desta nova institucionalidade.

A sociedade civil, como também o poder público e o setor privado buscavam uma nova perspectiva de futuro para o Grande ABC. Para tal, observou-se a articulação das lideranças políticas e econômicas locais, que, aos poucos, constituíram uma nova institucionalidade inspirada nas melhores experiências de territórios que passaram por transformações semelhantes.²

Trata-se de um movimento cívico que, baseado no princípio da cooperação entre os atores envolvidos, cada qual com interesses específicos, conflitantes ou não, necessita ser considerado. A crise na região, verificada a partir da década de 80, potencializada por sucessivas crises na economia brasileira, intensificadas pelo processo de globalização, fez esses atores amadurecerem para buscar soluções para os problemas comuns, ou seja, priorizarem o “nós” em detrimento ao “eu”.

¹ Para Gil, regionalismo é definido como o uso político da identidade regional ou como a identificação consciente, cultural, política e sentimental que grandes grupos de pessoas desenvolvem com o espaço regional.

² Casos como: Vale do Ruhr, na Alemanha; Sesto San Giovanni, na Itália; Roterdã, na Holanda.

Entretanto, como destaca Daniel e Someck (1999), a participação desses atores não é homogênea. A participação do Estado, por exemplo, em vários momentos, fica aquém das expectativas, no tocante a setores importantes para a região, como o de recursos hídricos, meio ambiente e habitação. Porém, verifica-se o esforço dos governos locais, que servem de referência aos trabalhos na Câmara Regional. Outro setor de extrema importância refere-se à participação da sociedade civil, como por exemplo, o movimento sindical, criticado por muitos segmentos da região por suposta culpa no processo de desindustrialização da região. Este movimento ganhou dimensão quando avançou no processo de negociação pelos direitos dos trabalhadores, criou um sentimento de cidadania naqueles que ali militavam. Entretanto, sua participação na Câmara Regional significa para o setor privado o redirecionamento para uma mudança nas relações entre capital e mão-de-obra, dentro de uma abordagem mais coordenada e cooperativa, visando à manutenção, com possibilidades de incremento nos níveis de emprego.

Para Putnam (2005), a sindicalização é tida mais como um complemento da participação cívica do que como mera reação às circunstâncias econômicas.

Outro integrante da sociedade civil que merece destaque é o Fórum da Cidadania, participando e realizando diversos debates, movimentos e eventos de interesse socioeconômico para a região, tais como: realização do seminário “Lixo no ABC – soluções viáveis”; realização do encontro “Economia no Grande ABC – necessidades e perspectivas”; lançamento do manifesto pela “Qualidade total do voto” e debates públicos com os candidatos a prefeitos em agosto de 1996; participação no seminário “O papel das universidades no ABC”, realizado no IMES; participação da instalação da Câmara Regional do Grande ABC, entre outros.

Segundo Putnam (2005), as tradições cívicas podem influenciar fortemente o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, bem como o desempenho institucional.

Para Klink (2001), o tema comunidade cívica aborda o papel crucial da radicalização da democracia local, através da participação da comunidade civil em todas as etapas de elaboração e implementação das estratégias de reconversão. O cenário provoca fortes ecos ao novo regionalismo quando aborda a necessidade de evoluir para normas e convenções de convivência baseadas em crescentes graus de confiança e cooperação entre os atores regionais.

Segundo Reis (2005), a união entre o setor público e a sociedade civil foi fundamental para a criação de condições ideais de governabilidade em torno de um projeto comum.

Na Câmara Regional, as instituições da sociedade civil têm participado de forma ativa desde a criação, com exceção do setor empresarial que demorou um pouco a se engajar.

Para este não-engajamento, há pelo menos dois motivos, segundo Daniel e Someck (1999), por um lado, a maioria das associações atua no nível municipal, o que proporciona uma certa fragmentação e sobreposição nas políticas adotadas pelas associações, ou seja, uma clara falta de estrutura organizacional das associações com uma representatividade própria no nível

regional. Além disso, a constituição de uma articulação regional fica comprometida junto às unidades locais de grandes empresas multinacionais, cujos centros de decisão estão localizados fora da região do Grande ABC.

A Câmara Regional representa um modelo institucional de cooperação espontânea, o que permite a produção e reprodução de capital social.

Recorrendo novamente a Putnam, são os aspectos da organização social – confiança, normas e cadeias de relações sociais – que facilitam a coordenação e cooperação para a obtenção de benefício mútuo.

Logo, a cooperação para obtenção de benefício mútuo refere-se a uma cadeia de relações sociais que permite transmitir e disseminar confiança. Ou seja, na Câmara Regional ocorre o fenômeno das relações sociais, de modo que, quanto mais os atores envolvidos se relacionarem, maior será o clima de confiança e conseqüentemente aumentará a cooperação para benefício mútuo, que por sua vez estimulará a produção do Capital Social.³

A região passa por um intenso processo de construção de espaços de interlocução nas últimas décadas, seja na proposta de governos municipais voltadas para as questões regionais, como também sindicatos e empresas que vão adquirindo notória experiência negociadora, corroborando para a produção de capital social.

Embora os atores regionais tenham diferentes crenças e opções ideológicas, a Câmara Regional atua como pano de fundo para reduzir as resistências contra um projeto comum para a região.

Em 19 de maio de 1997, a Câmara Regional organizou um seminário internacional sobre o desenvolvimento socioeconômico, com exposição de vários casos internacionais sobre a gestão de reestruturação local. Além da riqueza dos debates e conteúdos apresentados, o seminário é palco da elaboração da chamada Carta da Câmara Regional do Grande ABC.

Essa carta simboliza o esforço coletivo voltado para o desenvolvimento da região a partir da consciência da liderança regional sobre as transformações que ocorrem no Grande ABC e seu impacto sobre a identidade da região, para que a comunidade do Grande ABC, entre outros, passe a ver a região a partir de uma imagem positiva.

Os atores regionais se conscientizaram do momento crítico pelo qual a região passa, pois é partir desse diagnóstico da própria crise que as lideranças locais reagem na busca de consensos em torno de um projeto comum de revitalização. A crise exige unidade, exige cooperação.

³ Capital Social também pode ser confundido com aquilo que o filósofo Albert O. Hirschman chama de “recurso moral”, ou seja, um recurso cujo estoque quanto mais usado mais aumenta e que também se esvazia caso não seja usado.

Para Augusto de Franco, o Capital Social se fundamenta nas relações entre os atores sociais que estabelecem obrigações e expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais e agilizam o fluxo de informações, internas e externas.

A Câmara Regional do Grande ABC representa um resgate da cidadania, pois além de surgir como palanque democrático de comunicação e negociações entre governo e sociedade civil, representa um fórum que resultou em ações concretas de cooperação em torno de projetos comuns.

Ação coletiva: a implementação dos acordos regionais

A implementação dos acordos regionais parte da premissa da negociação de acordos voltados para o desenvolvimento socioeconômico da região, num típico jogo de soma positiva, resultando em maior eficiência coletiva.

Como principal instrumento da ação coletiva na região do Grande ABC, os acordos regionais impulsionam a dimensão ativa da eficiência coletiva.

Ao longo de sua existência a Câmara Regional já conseguiu aprovar mais de 50 dos chamados Acordos Regionais. Trata-se de documentos que da elaboração até a aprovação circulam pelas três instâncias da Câmara Regional, sem receber, entretanto, nenhum tratamento analítico.

Mas, como também destaca Daniel (1999), alguns dos primeiros acordos de 1997 apresentam um caráter ambíguo, no sentido de abordar em termos muito genéricos as intenções para um determinado tema, sem entrar, no entanto, nos detalhes de ações específicas e atores responsáveis.

Embora naquele momento o clima de confiança emanava entre os atores regionais, também há de se ressaltar que a Câmara Regional ainda se encontrava incipiente, e seus participantes cheios de intenções, mas sem uma metodologia definida.

No ano seguinte, a Câmara Regional encaminha mais um conjunto de acordos. Mas é importante ressaltar que se tratava de um ano eleitoral para o governo do estado e Presidência da República, porém não influenciou a mobilização dos atores locais nesta nova série de acordos.

Embora a mobilização dos atores regionais garantisse o alicerce da Câmara Regional, outros atores como, por exemplo, o governo do estado e o governo federal, ainda não apresentavam um engajamento consistente, que, por sua vez, refletem um resultado muito modesto destes atores para o conjunto de 21 acordos implementados até 1999.

Porém, a Câmara Regional consolida ainda em agosto de 1999 um documento que visiona o cenário futuro desejado para os próximos 10 anos para a região do Grande ABC.

Trata-se de uma sofisticada fase da Câmara Regional, que, buscando soluções para a crise, vislumbra a região como o grande centro do terciário avançado do Brasil, além de otimizar a vocação industrial já presente, mas que se encontra de certo modo fragilizada pelos acontecimentos das décadas de 80 e 90.

O documento esboça a ousadia dos atores regionais, que necessitam criar novos paradigmas focando a expansão dos setores ligados à tecnologia de ponta, como também medidas sociais e políticas que promovam a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a sustentação ambiental para toda a região do Grande ABC.

O pano de fundo deste documento é descaracterizar a região como mera periferia da metrópole e, em vez disso, torná-la referência nacional em termos de desenvolvimento humano nos grandes centros urbanos.

Um dos grandes avanços para tal objetivo está na criação da Universidade Federal do Grande ABC, que certamente irá representar a base de criação de um pólo universitário de primeira linha, capaz de produzir no Grande ABC núcleos de excelência, tanto na reflexão acadêmica quanto na pesquisa tecnológica, considerando a vocação econômica da região.

O documento também traz referência de outros campos que a região deve catalisar esforços, tais como cultura, esporte, lazer, turismo e entretenimento.

Para a região atingir esses objetivos pressupõe um novo relacionamento político entre a região e os centros de poder nacional, para dar o suporte necessário aos projetos.

Para Klink (2001), soa de um forte pessimismo quando afirma que grande parte das transformações desejadas pela região depende de reformas estruturais que freqüentemente ultrapassam o nível regional/local, entre outros na arquitetura financeira e tributária para viabilizar a capacidade de financiamento ao nível regional. Mas simultaneamente, transborda um certo otimismo, orgulho e patriotismo sobre os resultados daquilo que talvez poderíamos chamar “o incipiente sistema de governança regional”, que foi construída pela região, e que talvez deveria servir de referência para futuros projetos de mudanças no arcabouço institucional no plano federal. Ainda em 1999, a Câmara Regional desenvolveu um importante papel no incentivo ao turismo regional, com o lançamento da campanha “Grande ABC – aqui você está com tudo” em parceria com o Jornal **Diário do Grande ABC**,⁴ com o objetivo de atrair novos investimentos, além de incentivar as pessoas a conhecerem as opções de turismo e entretenimento que a região oferece.

Com base em diagnósticos, a Câmara Regional inicia nova rodada de acordos regionais. Um fator que merece destaque é a preocupação em superar as ambigüidades com os primeiros acordos. Tal preocupação resultaria em efetivo compromisso de ação para os atores envolvidos e não mais uma “carta de intenções” (DANIEL, 1999).

Esse momento é destaque para a nova fase do Planejamento Estratégico Regional, alicerçado no documento que continha as perspectivas de futuro para a região nos próximos 10 anos, intitulado “Grande ABC – cenário futuro”, que na realidade prega a eficiência coletiva dos atores regionais rumo a um novo cenário para a região.

⁴ Talvez o principal meio de comunicação da região do Grande ABC.

Realizado pela Câmara Regional, o objetivo desse Planejamento Estratégico Regional foi elaborar as novas bases para o desenvolvimento regional, considerando o incremento da indústria local, mas também privilegiando o setor terciário avançado e o aumento da qualidade de vida.

O Planejamento Estratégico regional representa um documento de gestão participativa, orientando as políticas regionais na busca de soluções para os problemas comuns.

O Planejamento Regional Estratégico do Grande ABC teve a participação direta de mais de 300 pessoas, representando executivos e legislativos municipais, governo do estado e sociedade civil organizada, representada por mais de 100 entidades. Definiu um plano estratégico com perspectiva para 10 anos e estabeleceu 40 programas, 134 subprogramas e 298 ações estratégicas, aglutinadas em sete grupos temáticos chamados Eixos Estruturantes (REIS, 2005).

Os Eixos Estruturantes: a nova fase dos acordos regionais

Os Eixos Estruturantes referem-se aos agrupamentos temáticos de programas e ações utilizados no processo do planejamento estratégico regional da Câmara Regional do Grande ABC, assim divididos:

EE1 - Educação e Tecnologia; EE2 - Sustentabilidade das Áreas de Mananciais; EE3 - Acessibilidade e Infra-Estrutura; EE4 - Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas; EE5 - Ambiente Urbano de Qualidade; EE6 - Identidade Regional e Estruturas Institucionais; e EE7 - Inclusão Social.

Educação e tecnologia

O tema “Educação e tecnologia” é considerado de extrema importância para o desenvolvimento da região, pois, por consenso, para se fortalecer suas cadeias produtivas será necessário a região fortalecer os sistemas educacionais. O programa “Pólo Tecnológico” está direcionado à tecnologia de ponta, pesquisa e desenvolvimento e centros setoriais de apoio e difusão tecnológica. A Universidade Federal do Grande ABC (UFABC) e o Centro Informação e Apoio ao Setor Plástico (CIAP)⁵ representam grandes conquistas para o processo de reestruturação produtiva do Grande ABC. A questão referente ao ensino profissionalizante tem como meta a qualificação profissional e o ensino técnico. Talvez as principais conquistas sejam os projetos “Alquimia” e o “Plantec ABC”.⁶ É importante destacar que o Plantec⁷ representa um grande avanço na questão regional no Grande ABC, pois representa a participação do governo

⁵ Participam do CIAP: FINEP – Financiadora de Estudos e Pesquisas do Ministério da Ciência e Tecnologia (concedente); Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (proponente); Fundação Santo André (co-partícipe); IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas (co-partícipe); e Prefeitura de Santo André (co-partícipe).

⁶ Programa Regional de Qualificação do Grande ABC.

⁷ Plano Territorial de Qualificação, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego.

federal na implementação dos acordos regionais. No tocante à educação de nível básico, o planejamento prevê a intensificação entre o relacionamento das Secretarias Estadual e Municipais de Educação para o aprimoramento da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, além de fortalecer as atividades visando aumentar o grau de escolaridade de jovens e adultos, afora a erradicação do analfabetismo. Desde 1997 o “Mova” atendeu em toda a região mais de 65.000 jovens e adultos e mais recentemente foi estabelecido convênio com o governo federal para o programa “Brasil Alfabetizado” que irá alfabetizar mais de 5.000 alunos, além de capacitar educadores.

Sustentabilidade das áreas de mananciais

O segundo eixo estruturante, “Sustentabilidade das áreas de mananciais”, tem como objetivo indicar as áreas de proteção dos mananciais, correspondentes a 56% do território do Grande ABC no foco das atenções da revitalização urbana. No centro das discussões deste eixo está a Represa Billings e seu entorno, pois além da questão da água, está a possibilidade de desenvolver outras atividades econômicas compatíveis com o esforço de preservação ambiental que a região consolida. A questão de uso e proteção do solo envolve principalmente a ocupação desordenada em áreas de mananciais. No que toca à adequação das legislações estadual e municipais, possibilitou, por exemplo, a expansão do pólo petroquímico do Grande ABC.⁸ Já com relação à Represa Billings foi implementado um importante acordo regional, aprovando a construção do sistema coletor-tronco, que irá possibilitar a despoluição de importante parcela da água originária das áreas de mananciais. Estima-se um custo total de R\$ 27,5 milhões, sendo R\$ 18 milhões verba do governo federal e R\$ 9,5 do governo estadual. Aprovado no conjunto de acordos regionais de janeiro de 2000, os recursos foram liberados pelo governo federal em 2003, após a entrega da “Carta do ABC”.⁹

Acessibilidade e infra-estrutura

No que tange à questão da acessibilidade, estabeleceu-se o compromisso de regionalizar o planejamento das operações do tráfego, integrando planos viários municipais ao contexto regional e metropolitano, considerando a circulação e transportes, de passageiros e mercadoria, como também estabeleceu-se uma política abrangente e sólida para o transporte e o armazenamento de carga na região. Transporte de passageiros de qualidade e integrado, através de metrô e trens, ligando o Grande ABC a outros centros da região Metropolitana. Integração do sistema viário regional ao Rodoanel, voltada às necessidades locais de circulação e transportes.

⁸ Localizado na região do Capuáva, divisa dos municípios de Santo André e Mauá.

⁹ A Carta do ABC foi um documento conjunto dos sete prefeitos da região, entregue ao presidente Lula em março de 2003 buscando envolver o governo federal nos acordos regionais.

Na questão infra-estrutura, um dos principais problemas da região estava relacionado a enchentes. Um importante acordo regional foi assinado para a construção de 25 piscinões, com um investimento de aproximadamente R\$ 126 milhões. Desses, 14 já foram concluídos, sendo que prefeituras e setor privado também participam, não com recursos diretos, mas com cessão de áreas para construção dos piscinões.

As obras de recuperação de rodovias e da Avenida dos Estados também fizeram parte de acordos regionais concluídos. Porém, encontra-se em andamento as tratativas para o início das obras do trecho sul do Rodoanel – Anel Rodoviário de Integração Metropolitana. Questões relacionadas ao impacto ambiental do trecho sul do Rodoanel comprometem o início das obras.

Diversificação e fortalecimento das cadeias produtivas

Este tema relaciona-se à reestruturação produtiva da região do Grande ABC. A Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC¹⁰ elaborou um conjunto de diagnósticos¹¹ que auxiliou a tomada de decisão dos atores regionais.

A questão petroquímica sempre esteve presente nas principais pautas da Câmara Regional, tanto em relação ao pólo petroquímico quanto o setor plástico. Um dos grupos temáticos, o GT Petroquímico buscou promover ações para o fortalecimento da cadeia petroquímica. Após levantamento inicial sobre o desempenho do setor, verificaram-se algumas demandas para o setor, como, por exemplo, a de qualificação do setor plástico, que incentivou a implementação do acordo regional que instituiu o Projeto Alquimia, já mencionado. Mas sem dúvida a principal questão deste GT relacionava-se à questão de expansão do pólo petroquímico. A mobilização regional para garantir a expansão foi uma das principais manifestações de ação coletiva na região. Para garantir o fornecimento de matéria-prima, os prefeitos, deputados e sindicalistas do ABC, realizaram várias reuniões com representantes da Petrobras, Ministério de Minas e Energia e até com o Presidente da República, enquanto a bancada parlamentar se empenhava em garantir a aprovação das mudanças da legislação estadual do zoneamento industrial, que também entravava a expansão do pólo. Estão previstos mais de US\$ 300 milhões em investimentos para expansão do pólo, como também um incremento de mais de US\$ 2 bilhões no faturamento.¹²

¹⁰ Aprovada como primeira das prioridades da Câmara Regional do Grande ABC, teve seu ato de fundação no dia 27 de outubro de 1997, no teatro Cacilda Becker em São Bernardo do Campo, e desempenha importante papel como braço da Câmara Regional em questões relacionadas ao desenvolvimento econômico.

¹¹ Os principais diagnósticos podem ser verificados em AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ABC. **Cadernos de Pesquisa números 1, 2, 3 e 4.**

¹² OBSERVATÓRIO ECONÔMICO. **Boletim** n. 7.

Em relação à criação de pequenas empresas de base tecnológica, merecem atenção especial as incubadoras de empresas,¹³ resultado das parcerias da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, prefeituras e Sebrae.¹⁴ A região conta hoje com três incubadoras de empresas.¹⁵

A Agência de Desenvolvimento Econômico desempenha papel estratégico neste eixo estruturante, atuando na gestão de importantes projetos, tais como: Arranjos Produtivos Locais, em parceria com o Sebrae, atuando na capacitação de micro e pequenas empresas da região dos setores de plástico, ferramentaria e metal-mecânica; O projeto CIAP, já citado anteriormente, tem papel fundamental no desenvolvimento do setor plástico. A instalação do posto avançado do BNDES na sede da Agência busca facilitar o acesso ao crédito para as empresas da região. Verificou-se um aumento de mais de 200% no repasse de crédito num comparativo do 1º semestre de 2003 e 2004.

Ambiente urbano de qualidade

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, além de fomentar o desenvolvimento integral do ambiente urbano, dentro de uma política de requalificação urbana com inclusão social, os atores regionais procuraram implementar um conjunto de instrumentos urbanísticos por meio de projetos de dimensões diversas para espaços arquitetônicos e paisagísticos de qualidade, a fim de garantir acesso a todos ao espaço público; como também uma política de conservação e recuperação do patrimônio cultural e histórico da região. Porém, este eixo não se consolidou com muitas ações regionais.

Um importante instrumento para o planejamento urbano é o Plano Diretor, porém é uma ação das cidades, não tendo a comunidade regional qualquer interferência, a não ser que seja convidada. Ressalte-se que a comunidade regional teve importante participação na 1ª Conferência Nacional das Cidades, onde levou propostas estratégicas de interesse regional. Uma pesquisa conduzida pelo IMES¹⁶ em parceria com o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC foi elaborada para apurar a qualidade de vida da região.¹⁷

Identidade regional e estruturas institucionais

O objetivo principal é o fortalecimento das estruturas institucionais da região, objetivando a construção e consolidação de identidade e comunidade cívica regional.

¹³ O objetivo das incubadoras é o desenvolvimento de novos empreendimentos, para tanto oferta serviços de capacitação técnica, gerencial e mercadológica para micro e pequenos empreendedores, como também disponibilização de infra-estrutura e serviços de apoio.

¹⁴ Sistema de apoio às micro e pequenas empresas.

¹⁵ Sendo uma de base tradicional em Mauá, uma de base mista em São Bernardo do Campo e uma de base tecnológica em Santo André.

¹⁶ Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

¹⁷ IRQVU (Índice Regional de Qualidade de Vida Urbana) trata-se do levantamento de um conjunto de indicadores que subsidiarão a transformação e ajuste das políticas públicas municipais e regional.

Dentro deste tema destacamos a questão da modernização administrativa e reforma tributária dos municípios, como, por exemplo, o acordo de padronização das alíquotas de ISS e a implementação das leis municipais de incentivos seletivos.

Inclusão social

A questão da inclusão social teve excelentes resultados na questão da saúde, como exemplo, a finalização do Hospital Regional de Clínicas “Mário Covas”, com investimentos de R\$ 50 milhões do governo estadual e R\$ 10 milhões do governo federal, o investimento de R\$ 25 milhões do governo do estado para a conclusão do Hospital Serraria, a Casa Abrigo Regional¹⁸ também representa um importante avanço nas questões de inclusão social. Entretanto, questões relacionadas a segurança pública ficaram aquém das expectativas.

Os acordos regionais representam um valioso instrumento para o desenvolvimento sustentado que, por sua vez, só se consolidará a partir da valorização e do intenso engajamento da comunidade civil. Isto somente se concretizará com o reforço dos laços de cooperação, pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil, pela consolidação da cultura participativa e pela elevação da auto-estima da população em geral.

O clima de confiança, civismo e reciprocidade fazem da Câmara Regional um excelente produtor e reprodutor de capital social.

Ao longo deste processo aconteceram falhas, mas muitas delas foram superadas devido ao clima de cooperação entre os atores regionais.

Segundo Abrucio (2001), o modelo regional de cooperação do ABC foi o único que envolveu o governo do estado de algum modo na coordenação metropolitana, sendo o único que conseguiu criar instituições regionais.

A Câmara Regional representa um ganho para a região do Grande ABC, pois o ambiente e o aprendizado regional permitem o desenvolvimento sustentado, podendo novamente chegar a ser uma das maiores potências econômicas do país, porém, desta vez, preparado para manter a posição com equilíbrio social.

Conclusões

Os acordos regionais representam instrumentos, talvez não definitivos, que irão fazer a região do Grande ABC superar os problemas comuns, pois apresenta fortes indícios de produção e reprodução de capital social.

A Câmara Regional é um novo modelo de institucionalidade de participação cívica. E a tradição cívica revela-se como “um poderoso incrementador” do desenvolvimento

¹⁸ Constituída a partir da articulação dos governos municipais, parlamentares e movimentos sociais, foi acordado um conjunto de regras do ponto de vista político, financeiro e administrativo, para garantir atendimento a mulheres e seus filhos (com idade até 18 anos) em situação de risco.

socioeconômico, pois a consciência coletiva que cada um tem de seu papel e de seus deveres, respeitando-se as características individuais, constitui a base cultural da comunidade cívica.

Logo, verificamos que a Câmara Regional do Grande ABC é uma solução institucional bem-sucedida para a superação do tema da gestão metropolitana. O nível de confiança e cooperação entre os atores regionais, como também a participação do governo do estado e do governo federal representam forte avanço para as soluções dos problemas comuns.

Com este artigo, foi possível verificar que um conjunto de acordos importantes de fato saiu do papel, como por exemplo, a questão dos reservatórios de contenção (piscinões), que contou com participação ativa do governo do estado, no tocante ao investimento de R\$ 126 milhões, como também importante participação dos governos locais e empresários na cessão de terrenos para construção dos piscinões; coletor tronco e hospital regional, que reuniram investimentos dos governos federal e estadual, etc. Em segundo lugar, nem todos os acordos importantes que saíram do papel dependiam de recursos financeiros, como a criação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, que hoje desempenha importante papel na região, coordenando projetos de revitalização regional, tais como os Arranjos Produtivos Locais, Incubadoras de Empresas, projeto CIAP, entre outros; a articulação para a expansão do pólo petroquímico do Grande ABC, que envolveu sindicatos, setor privado, parlamentares e poder público, também evidencia a importância da ação coletiva, dentre outros. Em terceiro lugar, alguns acordos que tinham recursos sofreram descontinuidade, tais como: Ligação ABC-Guarulhos (Jacú-Pêssego); construção do viaduto Km 19,5 – Via Anchieta; construção do trecho sul do rodanel, que embora tenha garantido previsão no orçamento estadual, ainda encontra resistência em setores ligados ao meio-ambiente. Como também aqueles que não dependiam de recursos, mas de articulação política e não aconteceram: unificação das alíquotas de ISS e leis de incentivos seletivos, ambos discutidos no âmbito dos sete municípios da região, não aconteceram por falta de consenso entre os governos.

Neste sentido, este trabalho está gerando a hipótese central do capital social que resultou do próprio processo da construção dos chamados acordos regionais.

Esta hipótese merece ser verificada com maior profundidade, pois certamente servirá de base para os governos e comunidades cívicas procurarem respostas para seus problemas comuns e, como consequência, traçarem seus destinos.

Abstract

Before the discussion about the civic participation in the new institutionalites, the interest appeared for accomplishment of the present article. The objective is to explore the Regional Chamber of Greater ABC, an odd model that it was configured in the area of Greater ABC, in order to stimulate the discussion on the social capital, fruit of the regional actors' articulation that they look for solutions for the common problems.

Keywords: Regionalism; Regional Chamber of Greater ABC; Civil society and social capital.

Referências

ABRUCIO, Fernando. A questão federativa e o problema metropolitano. In: **Retratos metropolitanos: a experiência do Grande ABC em perspectiva comparada**. São Caetano do Sul: 2001, p. 9-28.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ABC. A atividade econômica nos anos 90 no Grande ABC. **Caderno de Pesquisa**, n. 1. Santo André, 1999.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ABC. A atividade econômica nos anos 90 no Grande ABC. **Caderno de Pesquisa**, n. 2. Santo André, 2000.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ABC. A atividade econômica nos anos 90 no Grande ABC. **Caderno de Pesquisa**, n. 3. Santo André, 2001.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ABC. A atividade econômica nos anos 90 no Grande ABC: **Caderno de Pesquisa**, n. 4. Santo André, 2002.

OBSERVATÓRIO ECONÔMICO. **Boletim**, n. 7. Santo André: 2005.

BORJA, Jordi. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana. In: FISHER, Tânia (Org.). **Gestão contemporânea, cidades estratégica e organizações locais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

CÂMARA REGIONAL DO GRANDE ABC. A região encontra soluções. Santo André, jan. 2000.

CÂMARA REGIONAL DO GRANDE ABC. Termo de acordo da Câmara Regional do Grande ABC. Santo André, mar. 1997.

CÂMARA REGIONAL DO GRANDE ABC. Carta da Câmara do Grande ABC. Santo André, maio 1997.

CÂMARA REGIONAL DO GRANDE ABC. Relatório 1998. Santo André, jan. 1999.

CÂMARA REGIONAL DO GRANDE ABC. Planejamento regional estratégico: Dossiê. Santo André, ago. 1999.

CÂMARA REGIONAL DO GRANDE ABC. O caminho do desenvolvimento sustentado: Santo André, 2004.

CARDOSO, Ruth. **Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21**. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 42-48. v. 18, n. 2.

COCCO, Giuseppe et al. A agência de desenvolvimento do Grande ABC Paulista: entre a agenda regional e a ação territorial. In: **Relatório de consultoria apresentado à Agência Regional do Grande ABC**. Santo André, jun. 2001.

COCCO, Giuseppe. O desenho institucional metropolitano. In: **Retratos metropolitanos: a experiência do Grande ABC em perspectiva comparada**. São Caetano do Sul: 2001. p. 171-176.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (SEADE). **Conheça Santo André**. Santo André, 2004. CD Rom.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DO ALTO TAMANDUATEÍ E BILLINGS. **Cenário econômico para a região do Grande ABC**. Santo André, dez. 1992.

DANIEL, Celso; SOMEKH, Nadia. Novas estratégias de ação regional: a experiência recente da Câmara do Grande ABC. In: VIII Encontro Nacional da ANPUR, **Anais...**, Porto Alegre, maio 1999.

DANIEL, Celso. Internacionalização, integração e o papel das cidades. Notas sobre o caso do Grande ABC. In: **Cidade, cidadania e integração**. Comissão parlamentar conjunta do mercosul e Instituto Friedrich Naumann. São Paulo: 1997, p. 75-85.

DANIEL, Celso. **Uma experiência de desenvolvimento econômico local**: a Câmara Regional do Grande ABC. Santo André, dez. 1999.

DANIEL, Celso. A gestão local no limiar do novo milênio. In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (Org.) **Governo e cidadania**: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 182-242.

FRANCO, Augusto. Desenvolvimento, capital humano e capital social. **Carta DLIS**, 4, fev. 2002

FRANCO, Augusto. Capital social e o desenvolvimento comunitário. **Carta DLIS**, 56, mar. 2004

FRANCO, Augusto. Capital social e o desenvolvimento local. **Carta DLIS**, 67, set. 2004

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, Antonio C. et al. Gestão para o desenvolvimento da regionalidade. In: I Seminário Internacional: o desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas. **Anais...**, Unesp, Rio Claro, 2004. CD Rom.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001.

KLINK, Jeroen J.; LEPORE, Wendell C. Regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. In: I Seminário Internacional: o desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas. **Anais...**, Unesp, Rio Claro, 2004. CD Rom.

KLINK, Jeroen J. **A estruturação de um novo regionalismo**. 2000, Tese (Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 2000.

KLINK, Jeroen J. **A cidade** – região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KLINK, Jeroen J. O desenho institucional metropolitano. In: **Retratos metropolitanos**: a experiência do Grande ABC em perspectiva comparada. São Caetano do Sul: 2001, p. 158-163.

KLINK, Jeroen J. **O limiar de uma nova regionalidade**: um estudo transversal da região do Grande ABC Paulista. São Caetano do Sul, 2005.

LEITE, Márcia de Paula. **Desenvolvimento econômico local e descentralização na América Latina**: a experiência da Câmara Regional do Grande ABC no Brasil. Relatório de Pesquisa GTZ-Cepal, Decisa/Unicamp, Campinas, nov. 1999.

LEITE, Márcia de Paula. **Os setores de plástico e automotivo no ABC paulista e sua relação com a Câmara Regional**. Campinas: Decisa/Unicamp, ago. 2001.

- MINCIOTTI, Silvio A. Velhos problemas, soluções modernas. In: **Nosso século XXI**. Santo André: Livre Mercado, 2001
- OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado nação**. A ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- PLANTEC ABC. **Minuta Plantec ABC 2004**. Santo André, 2004.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- RATTNER, Henrique. Prioridade: construir o capital social. **Revista Espaço Acadêmico**. ano II, n. 21, fev. 2003.
- REIS, Regina C. **Articulação política regional**: a experiência do Grande ABC (1990 – 2005). 2005, 261 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- SENGENBERGER, Wener; PIKE, Frank. Os distritos industriais e a recuperação econômica local: questão de pesquisa e de política. In: URANI, André et al. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP& A, 1999.
- SASSEN, Saskia. A nova economia urbana: a interseção dos processos globais com a localidade. In: **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. p. 75-102.
- SOMECK, Nadia. Fragmentação não pode resistir mais. In: **Nosso século XXI**. Santo André: Livre Mercado, 2001.